



GT21 - Educação e Relações Étnico-Raciais – Trabalho 1065

## EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: O PIONEIRISMO EM VIRGÍNIA LEONE BICUDO

Maria Elena Viana Souza - UNIRIO

Ana Cristina Costa Gomes - UNIRIO

Luciana Ribeiro de Oliveira - UNIRIO

### Resumo

O objetivo deste trabalho é pensar as políticas de educação para a população negra brasileira, de 1910 até 2003, tendo como referência histórica a vida de Virgínia Leone Bicudo, psicanalista e pesquisadora negra que, em 1945, já observa, aqui no Brasil, o impacto negativo do racismo e da colonialidade sobre o negro (inclusive na escolarização) e que mais tarde também relatou Frantz Fanon na Martinica. A construção deste artigo, que nasce nas reflexões de nosso grupo de pesquisa, considera o fato de que o ambiente escolar, devido à prática de reforço das concepções de colonialidade realiza discriminação sistemática do estudante negro apontando que projetos educacionais, criados neste período, apenas comprova esta exclusão. Observamos que por meio de inúmeras ações de negras e negros, ativistas e intelectuais, buscaram denunciar as desigualdades ao mesmo tempo em que tentaram se inserir, neste contexto escolar, com propostas para uma educação brasileira decolonizada, em que o negro é visto a partir de suas subjetividades e historicidades culminando na promulgação da Lei 10639/03. Trazemos como referencial teórico Frantz Fanon, Anibal Quijano e no que se refere às concepções do pensamento histórico brasileiro, dialogamos com Jorge Nagle, Demerval Saviani entre outros.

**Palavras-chave:** Virginia Bicudo; colonialidade; lei10639/03

### Introdução: Por que Virgínia Bicudo?

Escrevemos este ensaio como um exercício de reflexão sobre as políticas de Educação dirigidas à população negra<sup>1</sup>, apresentadas pelo governo brasileiro, entendendo que somente o acesso à escola é insuficiente para que a população negra possa ser incluída, de fato, em um processo educativo de qualidade. É preciso que haja políticas e práticas em que o aluno negro, independentemente do nível de escolarização, possa ser recebido

---

<sup>1</sup>Este termo é usado como um construto social que aqui será utilizado, compreendendo como negros os pretos e os pardos, de acordo com a classificação do IBGE, no Censo 2010.

em um ambiente que o tenha como sujeito de saber, de história e também de direito a uma educação que lhe garanta essas mesmas subjetividades e historicidades e que rompa com preconceitos e discriminação contra o negro, garantindo-lhe a possibilidade plena de auto-identificação.

Acreditamos que a dificuldade de auto-identificação está bastante ligada aos ideais de branqueamento construídos pela sociedade brasileira no final do século XIX, consolidados no início do século XX e que hoje, mesmo com mudanças sociais, ainda embasam os valores simbólicos determinantes de grande parte das relações quer sociais, políticas ou culturais nas quais a escola está inserida. Ao citar a ideologia do branqueamento, nos referimos a um pensamento do Estado para construção das políticas raciais e de identidade nacional, de modo que

os brasileiros viam com alívio esse visível branqueamento da população que só reforçava o seu ideário racial (...) Ademais durante o auge do pensamento racista - 1880 a 1920 -, a “ideologia do branqueamento” ganhou legitimidade científica, uma vez que as doutrinas racistas pareciam confirmar, para os brasileiros, a tese de que a raça branca “superior” prevaleceria no processo de amálgama racial. (SKIDMORE, 2012. p.89).

A psicanalista Virgínia Leone Bicudo observa, em sua pesquisa realizada em 1945, a partir da fala de um dos entrevistados, a existência deste preconceito na escola, de modo que o entrevistado, identificado como caso nº 9, que é pertencente aos pretos de classe social intermediária, relata:

Há má vontade ou vergonha de chamar o negro, enaltecendo valores. A criança negra devia ter uma educação diferente da que recebe - não basta ter o mesmo ensino. Na escola, o colega não quer sentar com o negrinho, não quer brincar com o negrinho. Nos contos escolares, o negrinho está sempre em posição inferior. O negrinho nunca recita no palco. (BICUDO, 2010 p.93).

Bicudo, tal qual Frantz Fanon (1979,2008), identifica os sentimentos de superioridade do branco em relação ao negro e de inferioridade do negro em relação aos brancos que se consolidam na colonialidade cuja escola, naquele momento, também os reforça por considerar verdadeiras as concepções por ela impostas. A partir dessas reflexões, entendemos o que nos fala Ramon Grosfoguel (2008), chamado “ponto zero”, isto é, o ponto de vista que colocado como neutro e universal, na verdade, anula outras concepções de mundo.

Partindo dessas constatações, quando observamos a pesquisa e a vida de Virgínia Leone Bicudo, mulher negra, cuja formação acadêmica e relevância nos campos da

psicanálise, da educação e da sociologia são fundamentais para discussões sobre racismo e educação para as relações étnico-raciais, algumas indagações nos ocorrem: quais políticas educacionais dirigidas aos ex-escravizados e seus descendentes, a partir da República, favoreceram a ascensão intelectual e social de Bicudo, assim como sua inserção nos altos meios de estudo e pesquisa?

O objetivo de trazer esta breve biografia de Virgínia Bicudo<sup>2</sup>, que tem como recorte temporal o período de 1910 a 2003, anos de nascimento e morte da psicanalista, se deve também ao fato da mesma ter sido uma das pioneiras a pensar sobre a percepção do lugar do negro na sociedade brasileira. Desviando-se de uma análise da sociedade unicamente baseada nas estruturas externas, ela afirma, em sua pesquisa para o mestrado, realizada por meio de entrevistas a 30 homens e mulheres de “cor”, intitulada *Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo*, que “as atitudes sociais expressam o aspecto subjetivo da cultura e conduzem ao conhecimento das condições sociais que concorrem para a sua formação” (BICUDO apud SILVA, 2011, p. 437). Entendendo que atitude refere-se ao resultado da construção do sujeito social, a autora salienta que, na maioria das vezes, o negro percebe seu não-lugar nesta sociedade.

Revelam-se nos *casos* o drama do ajustamento do negro e do mestiço à nova ordem social pós-Abolição. Vivido no cotidiano, socializado nos contatos entre os indivíduos, estruturam suas percepções sobre o futuro de seu grupo social e seu próprio destino pessoal. Para alguns, a saída será admitir o aspecto socialmente imposto da inferioridade do negro e tentar burlá-la, assumindo padrões atribuídos pelo branco para o negro; outros optarão pelo isolamento dos contatos sociais(...) haverá, ainda, estratégias dolorosas de ajustamento, como a autonegação, o constrangimento e controle social que normatizam as possibilidades de relações afetivas, matrimoniais e de descendência;(...) o negro e o mulato jamais seriam iguais ao branco, ainda que possuíssem os mesmos diplomas, a mesma formação e aparentemente fossem portadores dos mesmos direitos sociais, resultando daí as mais diversas soluções, particulares ou coletivas: angústia, depressão, alcoolismo, morte, indignação, revolta (...). (SILVA, 2011, p.438).

Para além das questões sobre a construção da identidade negra e as consequências do racismo em pessoas negras, a psicanalista observa as relações de raça e classe e identifica a educação como o caminho para ascensão dos negros, embora sem diminuir a discriminação.

### **História dentro da história**

---

<sup>2</sup> Com base em Bicudo(2010); Teperman e Knopf (2011) e Gomes (2013 ).

Virgínia Leone Bicudo nasce em 1910, filha de imigrante italiana, Giovanna Leone Bicudo e Teófilo Júlio Bicudo, homem negro que, com ajuda do coronel e político do Partido Republicano Paulista (PRP), Bento Bicudo (de quem herdou o nome), foi funcionário dos Correios e Telégrafos, tornando-se diretor de uma agência na cidade de São Paulo.

Neste ano e em toda a década, o grande foco brasileiro foi resolver os problemas da educação primária e o analfabetismo. Sendo um grande problema do país, o analfabetismo estimulou a pensar na construção de uma política nacional de educação que deu origem a quatro congressos nos quais foram propostas a garantia de verbas da União para a instrução primária e secundária e a criação do Ministério de Educação Pública. Este período que Jorge Nagle denomina de “entusiasmo pela educação”(1976) poderia ter se tornado um passo na política educacional de inclusão das pessoas negras, caso o ideal civilizatório da época ultrapassasse o desejo de se tornar europeu, compreendendo que construir identidade nacional era algo além de

regenerar as populações brasileiras, núcleo da nacionalidade, tornando-as saudáveis, disciplinadas e produtivas, eis o que se esperava da educação, erigida nesse imaginário em causa cívica de redenção nacional. Regenerar o brasileiro era dívida republicana a ser resgatada pelas novas gerações. (CARVALHO, 1989, p.10)

Virginia Bicudo nasce em 21 de novembro, um dia antes de iniciar A Revolta da Chibata. Este marco histórico tem como pano de fundo aquele não-lugar do negro a que se referia a própria psicanalista em sua pesquisa.

A Revolta da Chibata foi protagonizada por João Cândido Felisberto, conhecido como o almirante negro. Não aceitando mais serem submetidos a castigos morais e físicos de toda a sorte, marinheiros dos navios Minas Gerais e São Paulo tomaram o controle das embarcações e enviaram telegrama ao Presidente da República, Marechal Hermes da Fonseca, pedindo o fim imediato dos castigos. Caso não fossem atendidos, os marinheiros ameaçaram bombardear a cidade do Rio de Janeiro, na época capital do Brasil. O episódio culminou com a promulgação imediata da lei de proibição dos castigos, mas também com a expulsão de João Cândido da Marinha Brasileira, o que lhe resultou uma vida de total miséria e perseguição política.

Como era comum aos meninos de sua idade e condição social, João Cândido, (filho de escravizados) foi alistado à força para participar do combate a uma rebelião em

Porto Alegre em 1894, quando tinha 13 anos. No ano seguinte, transferiu-se para a Escola de Aprendizes de Marinheiro, cursando-a durante 11 meses e enviado para o Rio de Janeiro onde foi grumete na 16ª Companhia da Marinha, no Quartel Central da Ilha de Villegaignon, sendo expulso 17 anos depois.

A Escola de Aprendizes de Marinheiro do qual João Cândido Felisberto fez parte surge no Rio de Janeiro, em 1840, com o objetivo de atender as crianças pobres em instituições de recolhimento infantil e educação profissionalizante. Eram crianças pobres, órfãos, vindas do interior, da Santa Casa de Misericórdia que compunham o quadro de alunos da Escola dos Aprendizes de Marinheiro, Casas dos Educandos Artífices e Asilo de Meninos para que não se tornarem inúteis à sociedade.

Em 1874, após a Lei do Ventre Livre, que ocorreu em 1871, a instrução dos filhos livres das mulheres escravizadas passa a ter base legal uma vez que, anteriormente, estava previsto que era vedada ao negro porque

obrigatoriedade aos “pais, tutores, curadores ou protetores que tiverem em sua companhia meninos maiores de sete anos” de garantirem “o ensino pelo menos de primeiro grau” (artigo 64), implicando, por consequência, a obrigatoriedade, para as crianças, de frequência às escolas. Mas, se as ditas luzes deveriam derramar-se a todos os habitantes, deve-se entender que se restringia a todos os habitantes “livres”, pois os escravos estavam explicitamente excluídos, já que, nomeados no 3º do artigo 69, estavam entre aqueles que “não serão admitidos a matrícula, nem poderão frequentar as escolas” (SAVIANI, 2007, p. 132).

Buscando soluções para disciplinar os recém-libertos, estes passam a poder frequentar esses espaços, muitos inclusive levados pelos ex-senhores para que assim fossem indenizados pelos gastos com alimentação e outros cuidados com as crianças então libertas.

Sob este emaranhado histórico, João Cândido acessa a Escola Aprendizes de Marinheiro, mesmo entendendo que sua luta tinha como fonte o desejo de romper com as práticas da escravidão. Isto não foi percebido pela sociedade da época de modo que a menina Virgínia Leone Bicudo, que vivia com a família em lar considerado padrão para a época (tendo inclusive um piano que ela gostava de tocar), era “agredida constantemente pelos colegas da escola que a seguiam aos brados de “negrinha, negrinha, negrinha”.(GOMES, 2013, p.47) .

## **Movimentos sociais e a educação dos negros: uma menina negra constrói um outro destino**

Em dezembro de 1921, Virgínia Bicudo é aprovada para frequentar a Escola Complementar Anexa do Grupo Escolar do Braz. O resultado, que era publicado em diário oficial, demonstra que a menina havia superado uma etapa de sua escolarização e estava apta a seguir em um nível mais avançado. A admissão por concurso evidencia o caráter elitista do ensino à época, em que a educação das massas populares não estava posta e o que se via, ainda sob o efeito do entusiasmo, é que nessa ocasião foram realizadas importantes reformas educacionais que incluíram, dentre outras propostas inovadoras, melhorias na formação do magistério, na estrutura dos prédios escolares e no currículo (SAVIANI, 2007, p. 175). Entretanto, nenhuma delas envolvia as questões raciais.

Vale ressaltar que, neste período, os movimentos das classes operárias começam a se constituir, formando sindicatos. Movimentos socialistas, anarquistas comunistas ganham espaço, mas estas mudanças políticas e nem mesmo as defesas da mestiçagem que, de acordo com Jorge Nagle (2001) baseava-se em “valorizar o mestiço brasileiro, em oposição às ideias defendidas de que a incapacidade do povo deriva da mistura de raças” (p, 77), foram capazes de um pensamento gerador de política de inclusão do negro.

Nesse período, negros começam a se organizar em atividades culturais, irmandades e grupos de discussão racial, entre os quais destaca-se a Frente Negra Brasileira. Os jornais da imprensa negra estimulam a busca da escolarização: orientam aos pais para que mantenham seus filhos nas escolas e alertam os adultos para que façam cursos e que procurem a alfabetização para se preparem melhor para o trabalho, divulgando, inclusive, escolas ligadas às entidades negras e mantidas por professores negros.

A ida de Bicudo ao grupo escolar é um flagrante contraste com o que acontecia com a maioria das mulheres negras naquela época. Em geral, estas mulheres eram encaminhadas aos orfanatos e lá preparadas para trabalharem como costureiras e empregadas domésticas, estigmatizando-as neste papel, no mercado de trabalho. Muitas vezes, dali eram “adotadas” por famílias ricas que, ao tratá-las como “filhas”, não as remuneravam.

Para alguns intérpretes de situações dos negros no final dos anos 20, o lugar destinado à mulher negra amenizava um grave problema social, à época, o desemprego no meio negro. Veja-se, por exemplo, como um outro líder do

movimento negro paulista, Francisco Lucrecio, descreve a situação das mulheres negras, no período em consideração: “A maior parte das mulheres era que arcava com as despesas da família, porque eram importantes na época as empregadas domésticas, principalmente as negras, pois elas sabiam lidar com a cozinha, com a limpeza e elas encontravam emprego mais facilmente que os homens” (BARBOSA apud GONÇALVES ; SILVA, 1998, p. 138).

## Os pioneiros e a pioneira

Após concluir o curso Normal como suas irmãs e não tendo consentimento de seu pai para trabalhar noutra cidade longe de casa, em 1932, Virgínia Bicudo vai para o curso de Educação Sanitária no Instituto de Higiene de São Paulo onde torna-se educadora sanitária na Seção de Higiene Mental do instituto e, como funcionária, adquiriu independência financeira. No ano de 1936, ela vai para o curso de Ciências Sociais na Escola Livre de Sociologia e Política, anexa à Universidade de São Paulo. Entre os oito bacharéis em Ciências Políticas e Sociais formados em 1938, ela é a única mulher. “Ela foi educadora sanitária, visitadora psiquiátrica, visitadora social, assistente social, psicologista, assistente social psiquiátrica, visitadora social, socióloga e psicanalista. Em quase todas as profissões ela foi pioneira.”(GOMES,2013, p.52 ).

Também em 1932, a educação brasileira é marcada pela elaboração do Manifesto dos Pioneiros da Educação. Este documento propõe uma educação a que todos possam ter acesso.

A educação nova que, certamente pragmática, se propõe ao fim de servir não aos interesses de classes, mas aos interesses do indivíduo, e que se funda sobre o princípio da vinculação da escola com o meio social, tem o seu ideal condicionado pela vida social atual, mas profundamente humano, de solidariedade, de serviço social e cooperação. (O MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA (1932))<sup>3</sup>.

Mesmo considerando que o Manifesto estava a favor do compromisso com a educação no País, ele não avança para uma efetiva inclusão da população negra brasileira, em marcada situação de subalternização. A Lei de Diretrizes e Bases é citada na Constituição de 1934 e, neste mesmo ano, o jornal *A voz da raça* denuncia o descaso do governo com a educação dos negros e Raul Joviano do Amaral complementa, em artigo de título *Burrice*, que o trabalho educativo da Frente Negra Brasileira tem sido prejudicado devido a falta de apoio material.

---

<sup>3</sup> Cf em Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. especial, p.188– 204, ago. 2006. p, 191).

Em outro artigo no mesmo ano, Olímpio Moreira (apud GONÇALVES: SILVA, 1998, p. 143) afirma que

Ainda há grupos escolares que recebem negros porque é obrigatório, porém os professores menosprezam a dignidade da criança negra, deixando-os de lado para que não aprendam, e os pais pobres e desacomodados pelo pouco desenvolvimento dos filhos resolvem tirá-los da escola e entregar-lhes serviços pesados (A VOZ DA RAÇA, 17/ 02/1934)

### **Anos dourados e conflitos raciais**

A democracia frágil em que se tornou o Brasil, nos anos do pós-guerra (1945-1964) deixou suas marcas na sociedade e na educação. Enquanto governos autoritários ou carismáticos tentavam colocar o povo no bojo de seus jogos políticos, ao mesmo tempo ocorreu a ampliação do parque industrial e com isto o impacto do choque cultural e das pressões político-econômicas produzidas pelos Estados Unidos.

Um pouco antes, em 1942, trabalhando como professora assistente da escola em que se graduou, Bicudo inicia, neste mesmo local, seu mestrado e apresenta, em 1945, o *Estudo das relações raciais de pretos e mulatos em São Paulo* que foi uma das primeiras dissertações de mestrado a abordar o tema das relações raciais no Brasil. Ela foi orientada pelo sociólogo americano Donald Pierson, representante da Escola Sociológica de Chicago.

Ao escrever, ela apresenta a sua experiência de dor que ultrapassa o seu interesse intelectual. Destaca-se que, a partir de 1936, Virgínia Bicudo começa a se aproximar do que, anos mais tarde, seria a sua opção profissional: a psicanálise através de Durval Marcondes que tinha sido o seu coordenador na Clínica de Orientação Infantil da Seção de Higiene Mental Escolar, citado Instituto de Higiene.

Na constituição de 1946, a educação reaparece afirmada como um direito de todos e estabelece que a União deve destinar 10% dos recursos para a mesma.

Tomado pelo desejo de desenvolvimento, a educação, tanto do período de Getúlio Vargas quanto no de Juscelino Kubistchek, foi mais voltada aos cursos superiores ou técnicos, deixando de lado a alfabetização e acentuando as exclusões. Desencadeou-se uma campanha em defesa da escola pública, mas prevaleceram os ideais liberais, que se contrapunham ao projeto das Diretrizes e Bases da Educação.

Nesse mesmo período, considerando as tensões raciais que se evidenciavam por meio do Movimento pelos Direitos Civis contra a segregação racial nos Estados Unidos e o apartheid na África do Sul, a Organização das Nações Unidas para a Educação e

Ciência (UNESCO) constitui um estudo para observar a realidade brasileira, neste contexto das relações raciais. Pensando o Brasil com um “laboratório”, subvencionou estudos que permitiram avaliar a realidade racial brasileira.

Os estudos foram coordenados por Roger Bastide e Florestan Fernandes. Virgínia Bicudo fazia parte da equipe e sua pesquisa focalizou os sentimentos e mecanismos de defesa em relação à cor dos seus colegas e, na segunda parte, buscou compreender como as crianças negras e brancas percebem o preconceito racial na escola.

O trabalho *Atitudes dos alunos dos grupos escolares com relação à cor de seus colegas* realizado, por Bicudo, envolveu entrevistas com 4.320 alunos das escolas da cidade de São Paulo. Os dados levantados permitem perceber como os pais influenciam seus filhos em relação ao preconceito de cor.

Segundo relata Janaína Damaceno, os resultados do Projeto Unesco em parceria com a editora Anhembi (publicadora dos trabalhos dele resultantes), foram divulgados em três momentos: em artigos veiculados na Revista Anhembi entre 1953 e 1955; no relatório publicado em 1955 pela mesma editora e denominado *Relações raciais entre brancos e negros em São Paulo* onde constam os trabalhos de Virgínia Bicudo e Aniela Ginsberg<sup>4</sup>; e o estudo "autônomo" *Branco e Negro em São Paulo* de Bastide e Fernandes, em 1959, que é considerada a publicação de referência produzida pelo Projeto Unesco, mas não constam os estudos de Bicudo, Ginsberg e Lucrécio<sup>5</sup>.

O relatório conseguiu provar que o Brasil não era exemplo de convivência racial, mas os estudiosos não avançaram no sentido de fazer com que estes dados levantados, principalmente os que se referem às crianças e a escola, ganhassem corpo político.

Neste período, de 1955 a 1959, Virgínia Bicudo vai para Londres encontrar-se com Melanie Klein para aprofundar seus estudos em psicanálise na Sociedade Britânica junto com Ernest Jones, Winnicott, Bion e Anna Freud entre. Nos anos 1960, reconhecida como psicanalista, começa a clinicar.

Na educação brasileira, em 1959, os pioneiros são convocados a escrever novo Manifesto defendendo a possibilidade da existência das redes públicas e privadas e, em

---

<sup>4</sup> A pesquisadora polonesa Aniela Meyer Ginsberg produziu *Pesquisas sobre as atitudes de um grupo de escolares de São Paulo em relação com as crianças de cor*. Enquanto o trabalho de Virgínia de Bicudo se prende mais nas questões psicológicas, a de Ginsberg se fixa no meio social.

<sup>5</sup> Francisco Lucrécio também tratou da criança negra, em pesquisa denominada *Relações entre crianças brancas e negras da capital*, referindo-se à cidade de São Paulo.

maio de 1960, a I Convenção Estadual em Defesa da Escola Pública deu início à Campanha de Defesa da Escola Pública.

Durante os anos de 1950 e 1960, os escritos de Paulo Freire trazem para o cenário pedagógico brasileiro a construção da Pedagogia Libertadora, e constatando o impacto do colonialismo e da colonialidade, ele “afirmava ter o homem vocação para ‘sujeito da história’, e não para objeto, mas que no caso brasileiro esta vocação não se explicitava, pois, o povo teria sido vítima do autoritarismo e do paternalismo correspondente à sociedade herdeira de uma tradição colonial e escravista”. (GHIRALDELLI JÚNIOR, 1991, p. 122).

Entendemos, a partir de Anibal Quijano (2005), que colonialidade é um padrão de poder hegemônico, que constrói sua dominação pela relação hierarquizada entre as raças e que tem, no eurocentrismo, o paradigma para definição desse poder.

### **Em meio à ditadura militar: reconhecimento de Virgínia e do Movimento Negro**

Nas décadas de 1970 e 1980, Virgínia Bicudo começa a lecionar na Universidade de Brasília. Por mais de vinte anos, ela mantém o trabalho concomitante na USP e da UnB, além de se estabelecer como uma das mais importantes e procuradas psicanalistas do país.

Nesses anos, que são marcados pela consolidação da ditadura militar e o processo de abertura política do Brasil (Governo Figueiredo, 1979-1985), as discussões ideológicas da educação dão lugar à formação para o trabalho apontada pela reforma do ensino de 1º e 2º graus por meio da lei 5.692/71. De acordo com Saviani (2008), prevalecia uma proposta de educação tecnicista em que o trabalho do aluno e do professor se dirigiam para a formação de mão de obra.

[...] na pedagogia tecnicista o elemento principal passa a ser a organização racional dos meios, ocupando o professor e o aluno posição secundária, relegados que são à condição de executores de um processo cuja concepção, planejamento, coordenação e controle ficam a cargo de especialistas supostamente habilitados, neutros, objetivos, imparciais (SAVIANI, 2007, p. 382).

Também nesses anos há uma proliferação das faculdades particulares, mas também há a criação da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Educação (ANPED) e outras organizações de pesquisa em educação. Outro ponto marcante dos

anos 1970 e 1980 foi o Projeto Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), que teve início nos anos 1960, com a Lei 5.379, mas que se firmou com muita força na década de 1970.

Com a intenção de acabar com o analfabetismo em 10 anos, o governo militar investe pesado na alfabetização de adultos porque entendia ser o analfabetismo um empecilho para o modelo de desenvolvimento pretendido para o País pela ditadura militar. O que se observa é que o Brasil permanece na luta contra analfabetismo, criando escolas que, embora públicas “e para todos”, pouco ou nada incluíam, principalmente a população negra.

A redemocratização, que culmina com a Constituição de 1988, contou com a participação de diferentes grupos políticos e contemplou suas diversidades. A Constituição Federal ratifica o dever do estado na educação de jovens e adultos. O mais importante, no que se refere às questões raciais, foi que esta constituinte reconhece, por meio do art.5, inciso XLII, a prática do racismo como crime inafiançável e imprescritível gerando pena de reclusão conforme a Lei Caó, lei 7.716/89, cujo artigo 6º inclui, como racismo, negar matrícula de negras e negros em estabelecimento escolar.

Em sua pesquisa de 1945, Bicudo faz menção a uma associação de negros que acreditamos ser a Frente Negra Brasileira (FNB). Criada em setembro de 1931, na capital paulista por José Correia Leite e outros nomes importantes da luta contra o racismo brasileiro, a FNB foi um dos movimentos negros contemporâneos mais conhecidos do público em geral, sendo considerada um diferencial para a vida em sociedade dos negros brasileiros, da época. pertencentes a diferentes esferas sociais como operários, estudantes, escritores que enxergavam, nas ações do movimento, a possibilidade de autovalorização da identidade negra e o despertar político.

Segundo Petrônio Domingues (2007) a FNB "desenvolveu um considerável nível de organização, mantendo escola, grupo musical e teatral, time de futebol, departamento jurídico, além de oferecer serviço médico e odontológico, cursos e formação política de artes e ofício." (p,106)

Esses anos de repressão e turbulência política também são os anos do *boom* da psicanálise no Brasil. E Bicudo “esteve em todas as frentes de modernização possíveis! Quando mulheres ainda nem dirigiam lá estava ela pequenina no seu Karmann Ghia!” (GOMES, 2013, p.153)

### **Chega a Lei 10.639/03 e Virgínia volta ao começo**

Aos 82 anos, Virginia Bicudo fixa-se definitivamente em São Paulo, depois de duas décadas, dividindo seu trabalho entre a capital paulista e Brasília. Falece em 2003, aos 92 anos, e teve o seu corpo cremado, conforme seu desejo.

Neste mesmo ano foi promulgada a Lei 10.639/2003 que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional–LDBEN nº 9.394/ 96 estabelecendo a obrigatoriedade do ensino de cultura afro-brasileira e africana nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio tanto público quanto privado em âmbito nacional, incluindo no currículo escolar conteúdos referentes ao estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional como objetivo de educar para o resgate e a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política, pertinentes à História do Brasil. Em seguida à promulgação da lei, o Conselho Nacional de Educação instituiu o Parecer nº 1, de 17 de junho de 2004, que orienta e regulamenta os dispositivos legais com vistas a uma efetiva implementação desta lei no âmbito escolar.

Neste contexto, o parecer destinado aos estudantes negros e não negros, aos professores, aos estabelecimentos de ensino, às famílias dos estudantes, se propõe a garantir o direito de todo e qualquer cidadão em conhecer a história da constituição do seu país promovendo, através de práticas pedagógicas, uma formação baseada no conhecimento das diversidades culturais, religiosas, étnico-raciais nas quais esse país foi constituído, devendo ser um compromisso de toda a sociedade brasileira.

Contudo, 13 anos depois da promulgação da Lei 10.639, o que temos visto, nos raros cenários escolares em que ela ocorre, são ações incipientes, em que a maioria dos docentes e os outros profissionais de educação questionam a necessidade da efetivação da Lei. Cabe-nos, então perguntar por que ainda encontramos barreiras de cunho social e político em implementar efetivamente atividades ou conceitos reflexivos contendo a influência negra na constituição civilizatória desse país?

Pensamos em algumas respostas, com base nos estudos decoloniais que nos mostram como uma sociedade que foi formada com base na colonização, estruturada em um mercado capitalista que teve como base a escravidão e que, a partir dela formou uma estrutura ideológica de superioridade de raças, instituindo o branco como o detentor do saber e do poder, permanece dominada por esses critérios raciais e sociais que formataram a modernidade? Vejamos o que Anibal Quijano nos diz sobre colonialidade.

Colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjectivos, da existência social quotidiana e das escala societal. (QUIJANO, 2010,p.85)

Sendo assim, há de se considerar que a modernidade constitui-se a partir da colonialidade oriunda do colonialismo definindo padrões de desenvolvimento por meio de uma estrutura capitalista que determinou que o centro de poder hegemônico seria a Europa onde, os referenciais estéticos, sociais, morais, epistêmicos e culturais provinham deste continente. Este padrão eurocêntrico sobre o ponto de vista decolonial determina que a sociedade eurocentrada oriunda da promessa de modernidade “naturaliza a experiência dos indivíduos neste padrão de poder. Ou seja, fá-las entender como naturais, consequentemente como dadas, não susceptíveis de ser questionadas” (Idem, p.86).

Para o autor, a colonialidade está classificada em saber / poder e ser e são estas que instituem os padrões e modelos a serem seguidos, inclusive quando apontamos para o currículo escolar. Para Quijano (2010) a colonialidade do poder pode ser referenciada como a padronização e racialização entre as identidade sociais sendo esta “legitimadora fundamental do caráter eurocentrado do padrão de poder, material e intersubjectivo” (p.119). Já a colonialidade do saber está associada àquilo que determina como valor os conhecimentos reconhecidos como saber científico e como referenciais de conteúdos educacionais. A colonialidade do ser diz respeito à negação do estatuto de ser humano para negros e indígenas.

Rompendo com todos os resquícios da colonialidade que acabamos de ver, Virginia Bicudo, no tempo em que se afasta do trabalho, transforma-se e vai se recuperando como a mulher negra que sempre se identificou e volta a usar turbantes! “Ela não teve uma morte branca, ela morreu como uma mulher negra.” (GOMES, 2013, p.153)

### **Algumas conclusões**

Virginia Leone Bicudo morreu em meio aos dramas que a fizeram perder a memória e o controle sobre si e seus desejos. Em seu caminho para o fim, contudo, conseguiu se resgatar naquilo que a sociedade insistiu em esconder: sua negritude.

Bicudo enriqueceu como psicanalista, mas aparece embranquecida nas fotos e foi obrigada a se distanciar de seu grupo de origem, sofreu os mesmos impactos da ideologia do branqueamento e do racismo que inferioriza o negro (FANON, 2008,p. 90) que ela

também percebeu e denunciou em sua pesquisa.

Desde a sua fundação, a história da educação brasileira exclui o negro de seus projetos. De cunho sempre universalista e depois tecnicista, do século XIX, até os dias de hoje, a educação brasileira marginalizou e subalternizou o negro, quer por meio das políticas, quer pelas práticas pedagógicas que não se abriram para a efetiva valorização histórica, cultural e social dos grupos que compõem esta sociedade, mesmo constando na LDB, desde a sua promulgação (antes da Lei 10.639/03), o capítulo 26 que já previa que “ensino da história do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia” (BRASIL, 1996).

Acrescenta-se ainda que, mesmo quando o Projeto UNESCO desarticulou a concepção de que o Brasil era uma “democracia racial”, o que ficou foi o desejo de dar ao negro um lugar na sociedade que pudesse ser atingido por uma possível inserção nos moldes capitalistas, sem a preocupação de construir estratégias para sua real inclusão, desde a infância, em todos os processos sociais, principalmente na educação. Isto porque, durante muito tempo “a cor da pele não era uma categoria significativa no Brasil” (SKIDMORE, 2012, p.298), permanecendo, neste campo “o legado cultural da contemporização” (IDEM).

A vida (também história) da psicanalista Virgínia Bicudo nos alerta para o fato de que a Educação brasileira estabeleceu uma barreira para o estudante negro simplesmente por não considerar válido os vários estudos, apresentados pela psicanalista e outros pesquisadores, produzidos nos anos entre 1940 e 1955, em que foi ressaltado que o racismo, “afeta os processos de socialização das crianças” (CRUZ, ABRAMOWICZ, RODRIGUES, 2015, p. 321).

Quando observamos que hoje, mais de 10 após a promulgação da Lei 10639/03, professores ainda resistem à sua implementação, perpetuando o papel elitista, excludente e unilateralmente racializado da Educação brasileira, nos perguntamos se a sociedade brasileira ainda considera que a cultura do branco é tão superior que é capaz de contemplar a inexistência das outras nas salas de aula. Nos questionamos se educadores acreditam que o melhor comportamento em relação à questão racial é contemporizar como lemos acima.

Nos indagamos sobre em que local da prática pedagógica reside a dificuldade em romper com a colonialidade do saber e do poder que reincidem na colonialidade do ser (QUIJANO,2005)? Talvez prefiram “bater-se contra a novidade do moinho e estabelecer-

se ao lado da cavalaria como se refere Anibal Quijano (2005b) em *Dom Quixote e os moinhos de vento da América Latina?* Virgínia Bicudo tinha a resposta, quase sucumbiu, mas a loucura, seu moinho, a fez retomar sua identidade, seu corpo negro, sua identidade.

Resta a nós repetir a prece de Frantz Fanon: “Ô meu corpo, faça sempre de mim um homem que questiona!” (2008, p.191). Para que, de corpo crítico, incomodado pelas arbitrariedades subjacentes no racismo, decolonizemos cotidianamente nossas mentes e nossas formas de viver a Educação.

### Referências:

BARBOSA, Maria de Fátima Juliano. **O construtivismo no curso de atualização de professores para escolas de horário integral - o curso do CIEP: uma nova concepção de educação.** São Gonçalo: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2011. Disponível em <<http://www.ffp.uerj.br/arquivos/dedu/monografias/fj.2.2011.pdf>> Acesso em 10/07/2016.

BICUDO, Virgínia Leone. **Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo. São Paulo, Editora sociologia e política.** São Paulo: 2010.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei 9.394/96.** Disponível em <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)> Acesso em 16/07/2016.

\_\_\_\_\_. **Constituição Federal de 1988.** Disponível em <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)> . Acesso em 15/07/2016.

\_\_\_\_\_. **Lei 7.716 de 5 de janeiro de 1989 (Lei Caó).** Disponível em <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7716.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7716.htm)> . Acesso em 14/07/2016.

CARVALHO, M. M. C. **A Escola e A República.** Bragança Paulista: EDUSF, 1989.

CASTRO, Augusto César. **Navegar é preciso – A escola de Aprendizes de Marinheiros no Maranhão Império.** 1989. Disponível em <. Acesso em 05 de julho de 2016.

CRUZ, Ana Cristina Juvenal; ABRAMOWICZ, Anete; RODRIGUES, Tatiane Cosentino. A pesquisa sobre a criança e infância no Projeto UNESCO. Cão Carlos: **Revista Eletrônica de Educação.** 2015.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos.** 2007. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a07>>. Acesso em 07/03/2017.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas.** Salvador: EDUFBA, 2008

\_\_\_\_\_. **Os condenados da terra.** 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

GONÇALVES Luiz Alberto Oliveira, SILVA Petronilha Beatriz Gonçalves. **Movimento negro e educação**. 1998 Disponível em <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/11/movimento-negro-e-educa%C3%A7%C3%A3o-petronilha-e-luiz-gon%C3%A7alves.pdf>>. Acesso em 15 de junho de 2015.

GHIRALDELLI JR, Paulo. **História da Educação**. São Paulo: Editora Cortez, 1991.

GOMES, Janaína Damaceno. **Os segredos de Virgínia: Estudos das relações raciais em São Paulo (1945-1955)**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013.

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 80, Março 2008. p.115-147

MANIFESTO dos pioneiros da educação nova (1932). Campinas: **Revista HISTEDBR** On-line, n. especial, ago. 2006. Disponível em <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc1\\_22e.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc1_22e.pdf)>. Acesso em 10/07/2016.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na primeira República**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1976.

QUIJANO, Anibal. **A colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires. Clacso, 2005.

\_\_\_\_\_. **Dom Quixote e os moinhos de vento da América Latina**. São Paulo. Revista Estudos Avançados, 2005 b.

\_\_\_\_\_. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no Branco. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SILVA, Mário Augusto Medeiros. **Reabilitando Virgínia Bicudo**. São Paulo: Revista Sociedade e Estado, 2011.

ROMÃO, Jeruse (Org.) **História da Educação do Negro e outras histórias**. Brasília: Ministério de Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Direcidade, 2005.

TEPERMAN, Maria Helena Indig e KNOPF, Sonia. **Virgínia Bicudo – uma história da psicanálise brasileira**. São Paulo: Jornal de Psicanálise, 2011.